

## Todas os europeus são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros

---

1.? Num encontro de directores gerais do ensino superior, reitores e outros responsáveis de instituições universitárias e afins, representantes de fundações, de instituições de investigação e de estudantes dos países da UE realizado em Lisboa, o governo actual, pela voz do ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, propôs que o inglês se tornasse o idioma curricular do 2º ciclo de estudos do ensino superior em todos os 27 países da UE, isto é, do chamado mestrado em versão Bolonha ? cf. "Expresso" de 10 de Novembro último, 1º caderno. (Embora a notícia não toque no assunto, não é preciso grande imaginação para inferir que o passo lógico seguinte, se esta proposta tivesse vencimento, seria aplicar a mesma regra para o doutoramento. Que razão haveria para este grau mais avançado ser menos restritivo neste particular?)

2. ? A proposta é, a todos os títulos, tão insólita quanto reaccionária (eu sei, este termo pode parecer demasiado forte atendendo à cor do partido governamental, mas suspendam o vosso juízo até chegarem ao final deste texto).

3.? Desde logo, isso equivaleria a discriminar os cidadãos portugueses no seu próprio país. Seriam obrigados a falar e a escrever numa língua estrangeira para terem o direito de prosseguir os seus estudos de pós-licenciatura, ou o direito de ensinarem o que sabem nesse nível de ensino superior, se já forem (ou se desejarem ser) professores do ensino superior. Mas não apenas os cidadãos portugueses. A língua portuguesa é a 7ª língua mais falada no mundo, a (ou uma) língua oficial de sete estados (para além de Portugal) e, até 2049, de Macau, uma região da China. Que razão teriam cidadãos desses países para considerar aliciente a possibilidade de virem para Portugal fazer os seus estudos de pós-graduação, se (um)a língua oficial dos seus países (que, em muitos casos, é também a sua língua primeira ou segunda) fosse banida das universidades e dos politécnicos do país onde ela nasceu, em benefício da língua inglesa (ou de outra qualquer língua estrangeira)? E como conciliar essa proposta com o objectivo proclamado pela UE de conseguir que o maior número possível de cidadãos europeus aprenda duas línguas (quaisquer que elas sejam) para além da sua língua materna como forma de incentivar o respeito mútuo pela diversidade linguística e cultural da Europa (e do mundo) ? Se a proposta do governo português fosse por diante, só os cidadãos do Reino Unido estariam isentos desse desiderato, pelo menos no espaço do ensino superior avançado (o que é não pouca coisa), porque só eles teriam o direito de fazer um mestrado (e, presume-se, um doutoramento) na sua língua nativa em qualquer dos 27 países da UE.

4.? Seja como for, a proposta do governo português para conceder aos falantes nativos de língua inglesa esses privilégios de cariz imperial, depara-se com dois obstáculos jurídicos: um externo e outro interno.

4.1? Os artigos 21º e 22º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, adoptada pelos chefes de Estado e de governo em 2000, proíbem a discriminação em razão de língua e estipulam que a UE respeita a diversidade linguística (incluindo-se neste conceito as línguas regionais e minoritárias faladas por segmentos da população dos Estados membros) como um dos seus princípios fundadores. Daí que sejam 23 actualmente as suas línguas oficiais.

4.2 ? Mas ainda que não existisse esta convenção, a proposta do governo não poderia ser aprovada em Portugal, pelo menos no quadro institucional vigente. O artigo 13.2 da Constituição da República Portuguesa estipula que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito em razão (nomeadamente) de língua. Dir-se-á que a constituição poderá ser revista e este "empecilho" afastado. É verdade. Não se pode excluir essa possibilidade.

### Todas os europeus são iguais...

5.? Acresce que a constituição define, no seu artigo 9º, como uma das "tarefas fundamentais do Estado", "(f) assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa". Que levará então o governo actual da República Portuguesa a defender o uso e promover (sem condições de reciprocidade) a difusão internacional da língua oficial de um outro Estado europeu, o Reino Unido ? No caso em apreço, a razão oficial é que isso seria um meio de "aumentar a eficiência da universidade" ? ideia que figura no título da notícia mencionada em 1. Universidades (e politécnicos) não são empresas. Mas se forem encaradas como tal, compreende-se que a diversidade linguística dos seus "clientes" (estudantes), "gestores" (professores) e "gestores de topo" (reitores) seja um "custo" a suprimir a todo o custo. E compreendem-se também, sob uma nova luz, outras medidas recentes, como, por exemplo, a campanha para apresentar o Algarve como uma espécie de Gibraltar (turisticamente mais atraente) em território português (**Allgarve**, na denominação governamental) e a introdução do inglês (e não, note-se, da opção por um qualquer dos 22 idiomas

estrangeiros com estatuto oficial na UE) desde o 1º ciclo do ensino básico. Não são medidas desgarradas e extravagantes. Há nelas um fio condutor e um propósito de longo alcance que importa compreender.

6.? Num artigo anterior (*Línguas e Cifrões*, A Página da Educação, Maio de 2007), escrevi o seguinte: "Que tem de especial o Reino Unido (para não falar nos EUA) para conseguir ter tantos agentes de propaganda da sua língua oficial, muitos dos quais o fazem em regime de voluntariado?" É, no fundo, como se vê, a mesma questão que foi formulada acima. E adiantava a seguinte resposta. "O Reino Unido é o único dos grandes países da UE que continua a ser um país sob todos os pontos de vista. Tem moeda própria (a libra esterlina), política externa económica própria (em particular com uma comunidade de 15 países ? incluindo o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia ? de que o seu monarca é o chefe de Estado), língua dominante própria (a inglesa), além de cultura e património próprios. É ademais a 5ª maior economia e a 2ª maior potência militar do mundo, membro do conselho permanente das Nações Unidas e do G8. Tudo argumentos poderosos e suficientemente convincentes para levar muitos dos governos dos países economicamente inexistentes da UE (....) a sonharem com o dia em que, pela sua mão, a língua em que os cifrões falam (hoje) mais alto do que em qualquer outra seja também a dominante na sua terra natal".

7.? Preferia estar errado neste diagnóstico. Mas não vejo como evitar a conclusão contrária.